

**ATA**

Aos dezasseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores – Amadeu Artur Matos Portilha, Adelina Paula Mendes Pinto, José Manuel Nogueira Teixeira Bastos, Paula Cristina dos Santos Oliveira, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro e José Manuel Torcato Ribeiro. Não compareceu o Vereador Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 – Vereador José Torcato Ribeiro – a) - Disse ter recebido uma reposta do Ministério da Administração Interna a uma solicitação feita pela deputada Carla Cruz, da CDU, sobre o estado calamitoso do Quartel da GNR de Lordelo, tendo sido admitida pela tutela a falta de condições daquele edifício e a necessária requalificação em função das disponibilidades orçamentais; **b)** – Denunciou o mau estado de uma zona na rua de Cortes, em Ponte, decorrente do desbaste de eucaliptos, alertando, também, para o facto de terem sido abatidos pinheiros e plátanos; **c)** – Referiu a falta de segurança na Escola da Silveira, comentando as agressões recentemente ocorridas naquele espaço. Disse não compreender como é que a Escola não tinha um mecanismo elétrico de fecho do portão para impedir o acesso de estranhos, referindo ser importante que a Câmara diligenciasse no sentido de

responsabilizar o autor dos atos de violência; **d)** – Pediu esclarecimentos sobre a realização de uma “Eucaristia Sênior” destinada aos idosos do concelho, na passada quarta-feira, no pavilhão multiusos de Guimarães, considerando que não compreende onde se enquadram as competências da Câmara Municipal em matéria de religião. -----

2 – Vereador André Coelho Lima – Disse querer informar/clarificar a opinião pública relativamente a uma informação transmitida na última reunião da Assembleia Municipal pelo Presidente da Câmara onde terá informado que Guimarães iria contribuir com 5 milhões de euros para o Fundo de Apoio Municipal quando, afinal, na reunião de hoje, é dada uma informação sobre o ofício da Direção Geral das Autarquias Locais onde comunica que o valor é de 3.624.451,56, a pagar em 7 anos (2015 a 2020), em prestações de €517.779,00, sustentando que o que foi transmitido à Assembleia Municipal não corresponde rigorosamente ao que vai acontecer. -----

3 – Vereadora Adelina Paula Pinto - Sobre a questão da escola da Silveira, disse que nunca tal situação havia ocorrido, referindo que aquele estabelecimento de ensino necessita de três tipos de intervenção: física, social e de recursos humanos. Relativamente aos recursos humanos, disse ter havido uma redução do número de funcionários em face da diminuição do número de alunos, acrescentando que a escola já tem agora mais uma pessoa para a portaria e uma outra para acompanhar os alunos do pré-escolar da entrada até à sala de aula. Continuou, referindo que alguns alunos daquela escola têm problemas de indisciplina que estão a ser resolvidos pela direção escolar. Disse, ainda, que na vertente social tem havido uma intervenção por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens até determinado ponto referindo



que, ultrapassadas as suas competências, são os processos encaminhados para o Tribunal que, não atuando em tempo útil, cria um vazio entre a atuação daquelas duas entidades. Por último, disse que a escola não tem estado desprotegida e que as agressões foram participadas ao Ministério Público. -----

4 – Vereador Amadeu Portilha - Disse que o Vereador José Torcato tinha toda a razão no que respeita ao abate de eucaliptos, informando, contudo, que essa responsabilidade é da empresa a quem foi adjudicado o serviço em hasta pública. Disse, ainda, que a empresa já havia sido notificada para concluir o serviço, para o que lhe foi fixado um prazo. -----

5 – Presidente da Câmara – a) – Ainda sobre a escola da Silveira disse entender que o estabelecimento escolar não deve ser um espaço fechado, devendo antes estar aberto à comunidade. Disse ter reunido com a Coordenadora da EB1/JI de Silveira, bem como com o Comissário da PSP referindo que existe um responsável pelo funcionamento da Escola, que é o Diretor do Agrupamento e que reporta ao Ministério da Educação, a quem está cometida a responsabilidade da gestão da escola do ponto de vista pedagógico, acrescentando que a Câmara Municipal deve colaborar mas sempre dentro da sua esfera de competências (instalações físicas e pessoal não docente); **b)** - Sobre a “Eucaristia Sénior” explicou que os participantes estiveram no pavilhão multiusos de livre vontade, indicando que a confissão religiosa também faz parte da matriz cultural, inserindo-se esta ação no programa de atividades da Rede Social que envolve a organização de outros encontros. Disse, ainda, que a realização desta atividade corresponde a um anseio dos utentes dos Centros Sociais que manifestam o desejo de participar neste tipo de encontros; **c)** - Sobre o Fundo de Apoio Municipal disse terem sido

chamados os Municípios a participar num fundo destinado a ser utilizado pelos municípios em situação de dificuldades financeiras. Esclareceu que a Autarquia vai ter de contribuir com cerca de 500 mil euros por ano, durante sete anos, com um montante que compromete a execução de investimentos municipais. Explicou que o valor nominal é de cerca de 3.600.000 euros significando, um número dito de memória, para realçar o avultado valor que ao município, injustamente, lhe irá ser retirado para aludir aos municípios "gastadores" e que se for tida em conta a taxa de juro a pagar pelo meio milhão de euros anual durante sete anos ou mais, então o valor rondará os cinco milhões de euros, já que os juros capitalizados a pagar por um empréstimo requerem uma taxa acima dos 5%. Continuou, referindo que os municípios que estiveram até agora em situação de cumprimento vão ser penalizados ao ter de contribuir com um montante para um fundo a ser utilizado por aqueles que não cumpriram. Disse ter a percepção de que este é um fundo perdido, que nunca mais será recuperado, ao invés, disse mesmo que é sua convicção que é um fundo que ainda terá de ser reforçado, pois é um montante que não vai ser suficiente. Acrescentou que os municípios em situação de incumprimento, muitos deles com decisões de gestão discutíveis, por exemplo, aprovaram taxas mínimas de IMI, deveriam poder contrair empréstimos para fazer face às suas dificuldades financeiras e não à custa dos municípios cumpridores.

De seguida, o Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim Martins da Costa Cosme, de acordo com o texto que a seguir se transcreve: "Faleceu, no passado dia 9 de outubro, Joaquim Martins da Costa Cosme, uma das personalidades marcantes da vida municipal das primeiras



décadas do período democrático. Dirigente do Partido do Centro Democrático Social (CDS), Joaquim Cosme integrou a primeira assembleia municipal eleita em Guimarães em dezembro de 1976, tendo-se, desde logo, destacado como um dos nossos parlamentares mais interventores. Foi depois Vereador Municipal entre 1983 e 1993, com pequenas interrupções, marcando sempre fortemente a vida municipal. Exerceu funções no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) e teve responsabilidades atribuídas na Divisão de Loteamentos. Mas a sua intervenção ficará assinalada na história de Guimarães sobretudo pelo que de si deu ao Teleférico da Penha, mobilizando para a sua concretização o Município, a Irmandade da Penha, de que foi Juiz, e vários investidores privados. Exerceu ainda funções em várias associações da cidade. Nesta hora de dor que atinge todos os que trabalham no Município e com ele colaboraram, proponho que seja aprovado este voto de pesar e apresentadas as mais sentidas condolências do Município à família, amigos, colaboradores e ao CDS/PP, partido político em que militou durante tantos anos.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do relatório do Auditor Externo sobre a informação financeira do Município de Guimarães do período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

2. Do ofício da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM SA remetendo, para conhecimento e em cumprimento das disposições dos Estatutos da Vimágua e da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da

atividade empresarial local e das participações locais, o Relatório e Contas do primeiro semestre de 2014, aprovado em reunião do Conselho de Administração em 17 de setembro de 2014, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

3. Do ofício da Direção-Geral das Autarquias Locais relativo à realização do capital social do fundo de apoio municipal, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

4. Do Ofício da Assembleia Municipal n.º 159 que comunica a aprovação, em reunião realizada no passado dia 29 de setembro, da seguinte proposta: "Prestação de Serviços para gestão do Parque de Campismo da penha para os anos de 2014 a 2017". ----

5. Do ofício Assembleia Municipal número 160 que comunica a aprovação, em sessão ocorrida no passado dia 6 de outubro, do contrato de comodato a celebrar com a Cooperativa A oficina, com a alteração dos seguintes pontos do contrato: **Cláusula 1.ª – alínea a)** – colocação de uma vírgula na segunda linha a seguir à palavra "Guimarães" e colocação a negrito de "O Edifício Novo", eliminando possíveis dúvidas que a atual redação possa suscitar; **Cláusula 4.ª – n.º 4** – introdução da frase "por si ou através de entidades com as quais estabeleça acordos pontuais ou duradouros" entre a palavra "Município" e a palavra "poderá". -----

6. Dos ofícios da Assembleia Municipal números 161 a 180 que comunicam a aprovação, em reunião realizada no passado dia 6 de outubro, das seguintes propostas: **a)** – "Contratação de Auditor Externo – Compromisso Plurianual"; **b)** – "Aquisição de Serviço de Transporte para 14 jovens com necessidades educativas especiais no âmbito do projeto inclusão Plataforma Madre Teresa de Calcutá"; **c)** – "Aquisição de serviços de seguro para edifícios das



escolas EB 2,3 e pavilhões desportivos”; **d)** – “Aquisição de serviços de seguro para escolas do 1.º ciclo do ensino básico”; **e)** – “Aquisição de serviços de seguro para o Centro Cultural Vila Flor e respetivos conteúdos”; **f)** – “Contratação de um Técnico para o projeto desportivo – Centro de Detecção de Talentos Desportivos”; **g)** – “Prestação de serviço de vigilância nas instalações e equipamentos do Município de Guimarães – Avepark – Parque de Ciência e Tecnologia, SA, EIM”; **h)** – “Plano Operacional e Acompanhamento da Implementação da Casa da Memória”; **i)** – “Regulamento Municipal do “E-Consertar – Banco de Material Informático”; **j)** – “Projeto “Tabu” e “E-Consertar” – celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Freguesia de Selho S. Cristóvão; **k)** – “Projeto “Intervenção Local – Promoção da Qualidade de Vida” – celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Ronfe”; **l)** – “Projeto “Raízes” – celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na freguesia de Moreira de Cónegos”; **m)** – Aquisição de terrenos para a Cidade Desportiva – Panpierrez Gestão de Investimentos SA – Proc. N.º 40/10-F/99”; **n)** – “Apoio às Freguesias – Serviço de Formação para Eleitos Locais”; **o)** – “Alteração da menção das obras e correspondentes valores constantes do mapa de repartição de apoios a conceder às freguesias, concretamente à Freguesia de Azurém; **p)** – “Atribuição de Auxílios Económicos Diretos (livros e material escolar) aos alunos do 1.º ciclo no âmbito da ação social escolar – Ano Letivo 2014/2015 – Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências; **q)** – “Recrutamento excecional de assistentes operacionais – reserva de recrutamento”; **r)** – “Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – Ano de 2015”; **s)** –

"Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Ano de 2014"; **t**) –
"Derrama sobre a Coleta de 2014 (a cobrar em 2015)". -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 2014.**

Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se o Vereador André Coelho Lima por não ter estado presente na reunião.-----

**CÂMARA - PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO PELO
PERÍODO DE MAIS 145 DIAS CONTADOS A PARTIR DE 3 DE
OUTUBRO DE 2014 DA VEREADORA LUISA FRANCISCA DE
ABREU PEDROSO**

– Presente o seguinte requerimento apresentado pela Vereadora Luisa Francisca de Abreu Pedroso:

"Luísa Francisca de Abreu Pedroso, na qualidade de eleita para a Câmara Municipal de Guimarães pela lista do PSD-CDS para o Mandato 2013-2017, bem, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, solicitar a suspensão do seu mandato pelo período de mais 145 dias, contados a partir do dia 3 de outubro de 2014, por motivos relacionados com o gozo de direitos de maternidade, enquadrando-se assim o motivo deste pedido no n.º 3, alínea b), do referido art.º 77.º."

**DELIBERADO
POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE APROVAR. ----**

CÂMARA – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO 2014 – Presente a seguinte proposta: "Tendo tomado conhecimento de várias denúncias sobre alegadas irregularidades ocorridas na votação da II edição do **Orçamento Participativo de Guimarães**, designei, por meu despacho de 7 do corrente mês de outubro, a Diretora do Departamento de Administração Geral, Dr.ª Joana Xavier, para



proceder à elaboração de uma informação (inquérito) contendo o relato dos factos sucedidos, após inquirição de testemunhas. Face ao conteúdo de tal inquérito que me foi apresentado e considerando: - Que o Orçamento Participativo é um mecanismo da democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar o Orçamento Municipal, de forma a inscrever as suas ideias e projetos nesse Orçamento, através de um processo de participação da comunidade e de sobre elas exercer, através do voto, uma opção individual; - Que, para tal, compete a cada cidadão, por si só, e em consciência, apreciar as várias propostas e votar nas que reunirem a sua preferência; - Que, face ao conteúdo do inquérito referido, verifica-se, de facto, a existência de diversas irregularidades suscetíveis de prejudicar o exercício de uma análise das diversas propostas de forma consciente e autónoma e, conseqüentemente, o exercício do voto como forma de manifestação de uma opção individual e livre; - Que, por isso, foram gravemente subvertidos os princípios que presidiram à presente edição do Orçamento Participativo, designadamente os que propugnam "*uma participação informada, ativa e responsável dos cidadãos*" (cfr. art.º 1º do Regulamento do Orçamento Participativo de Guimarães). Proponho que a Câmara Municipal delibere: 1 - Anular todos os registos e votação da II edição do **Orçamento Participativo de Guimarães**, ocorridos entre 2 de setembro e 3 de outubro de 2014; 2 - Aprovar o novo calendário de registo e votação, da seguinte forma: Registo: - De 3 de novembro a 20 de novembro. Votação: - De 10 de novembro a 27 de novembro. Entretanto, foi já desenvolvido um novo método de registo e votação cujas alterações procuram obstar à recorrência das irregularidades que determinaram estas medidas." A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta

anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Votamos a favor da proposta que mereceu o número nove da Ordem de Trabalhos pelas seguintes razões:- a seu tempo, os vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente, assumindo assim a responsabilidade política, pela iniciativa de reservar uma parte do Orçamento Municipal para o designado Orçamento Participativo, mecanismo que permite aos cidadãos, de modo direto, livre e transparente, votar em projetos apresentados por outros cidadãos, destinados a permitir a realização de projetos ou aspirações de interesse público, nos moldes do respetivo Regulamento entretanto aprovado. Sucede que, no ano em curso, segunda vez que se realizou este procedimento, foram verificadas anomalias que constam da informação que acompanhou esta proposta e que validamente sustentam a suspeita de que, em alguns casos, o exercício do direito de voto não foi acompanhado da transparência devida. Deste modo, não pode nem deve validar-se uma votação com tais suspeições. Assim, no seguimento do espírito inicial que levou os vereadores do partido socialista a votar e adotar politicamente esta iniciativa, vota-se agora pela anulação da votação realizada, com a conseqüente repetição da votação, garantidas que sejam as condições antes referidas do exercício de voto de modo livre, direto e transparente." -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e



Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O Orçamento Participativo é um instrumento de democracia participativa que diz muito ao PSD e aos vereadores subscritores. Como é público, a adoção em Guimarães daquele que é o principal instrumento da democracia participativa – o Orçamento Participativo – foi proposta pelo PSD na Assembleia Municipal de Guimarães, através do deputado José Couceiro da Costa, na sessão de 08.10.2012 e formalmente apresentada na reunião de Câmara subsequente. Em episódio tristemente célebre, na medida em que no mesmo dia foram presentes a votação duas propostas de Orçamento Participativo, uma subscrita pelos vereadores do PSD na sequência da precedente intervenção em sede de Assembleia Municipal, e uma outra subscrita pelos vereadores do PS. Veio a ser rejeitada a proposta dos vereadores do PSD e, no mesmo dia, aprovada a proposta dos vereadores do PS com idêntica finalidade. O que nos traz a este ponto é uma proposta de anulação dos registos e votação da presente edição, seguido dum novo calendário de registo e votação. Desde logo aos vereadores PSD/CDS cumpre elogiar de forma muito marcada o envolvimento extraordinário da população neste tema. Foram várias centenas, talvez mesmo mais de um milhar de cidadãos que se envolveram nas respetivas candidaturas, que se empenharam seriamente na vitória das respetivas propostas, no que tem que ser visto como um elogio à democracia representativa. Por outro lado, merece a nossa compreensão e empatia a desilusão dos muitos (certamente a grandíssima maioria) que estiveram neste processo de forma correta e honesta, particularmente num momento em que veem todo o seu trabalho ter sido em vão. Mas não podemos manifestamente deixar de condenar os comportamentos irregulares detetados no inquérito que nos é

presente para apreciação, e nessa medida, compreender e viabilizar o caminho que nos foi proposto. Há no entanto responsabilidades políticas que não podem ser escamoteadas. Desde logo a Câmara tinha que ter conhecimento destas irregularidades desde início, o que foi aliás confirmado pelo Sr. Presidente de Câmara na última Assembleia Municipal. No entanto, a verdade é que se não fosse a denúncia efetuada nessa mesma sessão pelo deputado do PCP Cândido Capela Dias, e provavelmente nada teria sucedido, o que não pode deixar de ser condenado por se constatar que a Câmara tinha conhecimento de irregularidades gravosas previamente à denúncia do deputado do PCP, no entanto, apenas após elas terem sido públicas, por iniciativa política deste deputado, é que o Sr. Presidente decidiu ordenar um inquérito para apuramento do ocorrido. Porque não o fez antes? Esta é a pergunta que, ficando sem resposta, inquina de censura todo este procedimento. Acresce a isto que o modelo de votação e a fidedignidade do respetivo processo foram definidos e elaborados pela Câmara Municipal, sendo agora por demais evidente que os mesmos não correspondiam à exigência do projeto. A plataforma informática concebida ou mandada conceber pela Câmara Municipal não esteve notoriamente à altura do que se exigia para um processo desta natureza. Por último tem ainda que se lamentar que não tenham sido previstas, ou tomadas, medidas cautelares de monitorização no decurso do processo de votação, que apenas à Câmara competiam tomar. A Câmara optou por não auditar o processo de votação, optou ainda por soluções internas ao invés de entregar o procedimento a cidadãos sem ligação à estrutura política socialista, e entregar a auditoria do processo de votação a entidades externas. Daqui resulta claro que a Câmara assumiu para si a condução e processo



decisório sobre todo este processo. Se algo correu mal – e correu manifestamente – as responsabilidades não podem ser de ninguém, de um processo que manifestamente não foi tratado de modo competente têm que advir consequências. Pelas razões aduzidas, manifestamos a nossa concordância ao caminho proposto, pelo que optamos por um voto de viabilização. No entanto, não podemos deixar de censurar politicamente um processo que acabou por correr manifestamente mal, atribuindo-nos visibilidade pelas piores razões. Motivos pelos quais, assumimos o voto de abstenção.” -----

**FREGUESIAS - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO
COMPETÊNCIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S.
LOURENÇO – ANO DE 2013 – TERCEIRO ADITAMENTO –**

Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 2 de maio de 2013, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Selho S. Lourenço, a execução da obra de requalificação do Alto de S. João, bem como a atribuição de uma verba até ao montante de €11.670,43. Na sequência da publicação da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que procedeu à reorganização administrativa do território das freguesias, e das eleições autárquicas do passado dia 29 de setembro, a Freguesia de Selho S. Lourenço encontra-se agora agregada com a Freguesia de Gominhães, e passaram a designar-se União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, entidade que agora dará cumprimento a este Protocolo de Delegação de Competências. Em 14 de novembro de 2013, a Câmara Municipal de Guimarães autorizou a alteração do objeto daquele Protocolo para a pavimentação da rua da Igreja, tendo sido celebrado o respetivo aditamento. Entretanto, não tendo sido possível iniciar aquela obra até ao final do ano de 2013, o presidente da Junta da União de

Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães solicitou autorização para executá-la durante o ano de 2014, sendo que a Câmara Municipal, em sua reunião realizada em 20 de fevereiro de 2014, deliberou aprovar o segundo aditamento, autorizando a conclusão da obra de pavimentação da rua da Igreja até ao final de 2014, bem como a transferência da respetiva verba, no valor de €11.670,43. Na sequência da conclusão dos trabalhos de pavimentação na rua da Igreja, em julho de 2014, o Departamento de Obras Municipais procedeu à medição dos trabalhos executados e elaborou o respetivo auto no valor de €3.539,14. No dia 9 de setembro de 2014, a Junta da União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães solicitou autorização para a aplicação da verba remanescente, no valor de €8.131,29, no alargamento e pavimentação da rua da Liberdade. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do terceiro aditamento àquele Protocolo de Delegação de Competências, celebrado em 9 de outubro de 2013, passando a 1ª cláusula a ter a seguinte redação: "O presente Protocolo tem por objeto a delegação de competências na União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães para o alargamento e pavimentação das ruas da Liberdade e rua da Igreja."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - REALIZAÇÃO DE PROJETO PARA A PORTARIA, BAR E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DE APOIO AO RECINTO DO PARQUE DE CAMPISMO DA PENHA – Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Estudos e Projetos: "**1. Objeto:** Contratação de serviços referentes à realização de projeto para a portaria, bar e instalações sanitárias de apoio ao



recinto do Parque de Campismo da Penha. **2. Considerandos:** A informação técnica prestada pela Divisão de Estudos e Projetos, em anexo, que justifica a presente proposta de pedido de parecer prévio; A execução das tarefas associadas aos serviços a contratar, requer conhecimentos e formação especializados e experiência em arquitetura; De acordo com informação da Divisão de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal, nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4, 5 e 11 do art.º 75.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (LOE 2014), a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de aquisição de serviços referente à realização de projeto para a portaria, bar e instalações sanitárias de apoio ao recinto do Parque de Campismo da Penha, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a realização de projeto para a portaria, bar e instalações sanitárias de apoio ao recinto do Parque de Campismo da Penha; b) A despesa anual estima-se em €4.000,00 (quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 3.4.2.01, correspondente ao ano de 2014. e) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um ajuste direto, com consulta a três empresas, nos termos da alínea a) do n.º 1, do art.º 20.º do decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos; f) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao

2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. g) Finalmente, informa-se que caso aplicável, o preço base deste procedimento terá de refletir a redução remuneratória prevista no art.º 33.º, aplicável por força do art.º 73.º, ambos da Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro, diploma que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2014."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTE ESCOLAR EM CARREIRA PÚBLICA PARA O ANO LETIVO 2014/2015 - APROVAÇÃO DE MINUTAS DE CONTRATO –

Presente, para aprovação, as seguintes minutas de contrato: **1** - minuta do contrato da aquisição de serviços designada por "Transporte Escolar em Carreira Pública – Ano Letivo 2014/2015 – Lote 1", adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 4 de setembro último a "ARRIVA PORTUGAL – TRANSPORTES, LDA", pelo valor de €800.618,80 + IVA. **2** - minuta do contrato da aquisição de serviços designada por "Transporte Escolar em Carreira Pública – Ano Letivo 2014/2015 – Lote 2", adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 4 de setembro último a "TRANSURBANOS DE GUIMARÃES – TRANSPORTES PÚBLICOS LDA", pelo valor de €436.725,50 + IVA; **3** - minuta do contrato da aquisição de serviços designada por "Transporte Escolar em Carreira Pública – Ano Letivo 2014/2015 – Lote 3", adjudicada por deliberação da Câmara Municipal de 4 de setembro último a "TRANSDEV NORTE SA", pelo valor de €319.932,10 + IVA. As referidas minutas dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO - ALTERAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO - AGRUPAMENTO 84 - SERZEDELO – Presente a seguinte



informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “No dia 19 de novembro de 2009 foi celebrado um contrato de comodato com o Corpo Nacional de Escutas – Escutismo Católico Português – Agrupamento 84, adiante designado por Agrupamento 84, relativamente ao estabelecimento escolar desativado, designado por Calvário n.º 1, da freguesia de Serzedelo, para instalação da sua sede, enquanto decorreriam as obras de beneficiação dos espaços cedidos no Salão Paroquial de Serzedelo. Nos termos do n.º 2, da cláusula 7ª, o referido comodato tinha a vigência de 30 meses, sendo anualmente renovado caso não fosse denunciado por qualquer das partes, encontrando-se atualmente ainda em vigor. Dadas as conjunturas sociais e económicas que acabaram por ditar o adiamento da obra de requalificação e ampliação do Salão Paroquial, o Agrupamento 84 pretende dar dignidade ao antigo edifício escolar, para o exercício das suas atividades, permitindo estimular o desenvolvimento físico, afetivo, espiritual, intelectual e social dos cerca de 90 adolescentes e jovens que se preparam para assumir, com responsabilidade, o seu lugar na sociedade, sendo pois o Escutismo uma escola de vida. Para o efeito, o Agrupamento 84 solicita que o prazo do contrato seja alargado para 15 anos, fundamentando o pedido com o facto da necessidade urgente na realização das seguintes obras: Substituição do telhado do imóvel; Criação de duas divisórias, fechando o coberto/telheiro, de modo a independentizar as 4 secções do agrupamento; Criação de um espaço multiusos, pavimentando a parte traseira e lateral do referido coberto. O investimento a suportar pelo comodatário é superior a €15.000,00, conforme orçamentos apresentados, pelo que, de acordo com o Agrupamento 84, torna-se imprescindível o alargamento do prazo de cedência do imóvel, de modo a sustentar

e fundamentar o investimento que se pretende realizar. Assim, submete-se à consideração superior, a alteração do prazo de vigência do contrato de comodato celebrado em 19.11.2009, passando a ser de 15 anos com início a partir da data da assinatura da alteração ao contrato de comodato, podendo ser renovável por períodos de um ano, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 120 dias antes do seu termo. Nos termos do n.º 1, da cláusula 3ª do indicado contrato submete-se, de igual modo, à consideração superior a autorização para a realização das obras acima mencionadas, melhor descritas no documento anexo, ficando o comodatário obrigado ao cumprimento nos normativos legais eventualmente inerentes à realização das obras. Caso o assunto mereça deferimento, deverá o mesmo ser submetido a deliberação da Câmara Municipal. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Muito nos surpreende aquilo que é agora proposto pelo executivo socialista, sobretudo para quem tenha alguma memória e se recorde de idêntica discussão em passado muito recente. De facto, na reunião de Câmara de 06.05.2010, na discussão do seu ponto 6 propunha a Câmara Municipal a entrega da extinta escola primária de Figueiredo à Junta de Freguesia, para instalação da respetiva sede. O modelo proposto: contrato de comodato pelo período de 1 ano, renovável por iguais períodos. A esta intenção se opuseram os vereadores do PSD, tendo inclusive dado entrada a uma declaração de voto, correspondente à respetiva intervenção, em que diziam os vereadores do PSD que “*Cumpre referir, ainda, a questão da responsabilidade pela realização de*



obras e aquisição de equipamentos, que nos termos do contrato proposto é totalmente a cargo da junta de freguesia, sendo que não compreendemos como se justifica a imposição à junta da realização de todas as obras que vierem a ser necessárias no edifício, para mais em bem alheio, ou como se compreende a exigência do custeio de todas as aquisições de novos equipamentos, quando todos os anos este contrato pode ser denunciado." Não foram os vereadores socialistas, onde se incluía na função de vice-presidente o atual Presidente de Câmara, sensíveis a estes argumentos pelo que aprovaram o comodato nos termos projetadas, por períodos de 1 ano, renováveis. Ora, muito nos surpreendemos por isso com uma proposta, como aquela que nos é presente, de atribuição de um período de 15 anos a um comodato, fundamentado *"na necessidade urgente na realização das seguintes obras: Substituição do telhado do imóvel; Criação de duas divisórias, fechando o coberto/telheiro, de modo a independentizar as 4 secções do agrupamento; Criação de um espaço multiusos, pavimentando a parte traseira e lateral do referido coberto. O investimento a suportar pelo comodatário é superior a € 15.000,00, conforme orçamentos apresentados, pelo que, de acordo com o Agrupamento 84, torna-se imprescindível o alargamento do prazo de cedência do imóvel, de modo a sustentar e fundamentar o investimento que se pretende realizar."* Ou seja, se é verdade que os vereadores subscritores concordam absolutamente com a fundamentação apresentada, de alargamento do período de comodato atendendo à necessidade de custear intervenções, a cargo do comodatário, no espaço cedido, é igualmente verdade que a posição que temos hoje é absolutamente coerente com a que tivemos ontem, em situação em tudo idêntica à presente. Por outro lado o executivo socialista

afina o diapasão, tomando contudo uma decisão que acaba por ser incoerente com todas as demais tomadas para idênticas situações. Nós mantemos a coerência, por isso votamos a favor. Registamos a evolução deste executivo socialista saudando contudo que, ainda que tardiamente como vem sendo habitual, acabe por demonstrar ser afinal sensível a alguns argumentos da oposição. Mas só se já tiver decorrido um tempo razoável sobre eles.” -----

DOAÇÕES - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO - JUNTA DE FREGUESIA DE LONGOS – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Longos solicitou a cedência de mobiliário destinado a apetrechar as instalações da sede da Junta de Freguesia. Em visita ao armazém da Divisão de Património Municipal, verificou-se a existência de uma secretária que poderá ser disponibilizada e que já não satisfaz as necessidades dos serviços municipais. Desta forma, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação à Junta de Freguesia de Longos, nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, devendo, em caso de deferimento, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, tendo sido atribuído ao equipamento o valor total de €35,00. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Secretária estrutura metálica bege tampo em fórmica com gavetas	€ 35,00	€ 35,00
Total		€ 35,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----
ENTIDADES PARTICIPADAS - COOPERATIVA TAIPAS TURITERMAS – OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS BANHOS NOVOS – PROGRAMA JÉSSICA – DECLARAÇÃO



– Presente a seguinte proposta: “A Cooperativa Taipas Turitermas encontra-se a requalificar o Edifício dos Banhos Novos, cujo valor do investimento representa 3,7 milhões de euros. Para fazer face ao valor do investimento a Cooperativa submeterá, até ao dia 24 do corrente mês de Outubro, uma candidatura ao Aviso EEC - PROVERE/1/2014-EPII (overbooking), cuja comparticipação poderá ascender a 70% do valor do investimento. Por outro lado, em complemento ao financiamento europeu, a Cooperativa solicitou e garantiu, ao abrigo do Programa Jéssica, financiamento bancário da Operação, com condições amplamente favoráveis, designadamente o empréstimo de 80% do valor do investimento, ou sejam de 3,2 milhões de euros, em 17 anos, incluindo 1 ano de utilização e 5 anos de carência de capital, com taxa de juro de 0%, em 44 amortizações trimestrais constantes. Assim, considerando, 1. Que o Município de Guimarães é o principal acionista da Cooperativa Taipas Turitermas C.I.P.R.L., tendo ao longo da Estância Termal das Taipas, sido o principal impulsionador do produto turístico Termal. 2. Que o Município foi o responsável pela constituição da Cooperativa tendo cedido a sua posição contratual na concessão de exploração da água minero – medicinal das Taipas. 3. Que o Município tem desenvolvido uma política que visa a qualificação urbanística e funcional dos recursos turísticos existentes no Concelho de Guimarães, por forma a assegurar um desenvolvimento equilibrado e maior coesão em todo o concelho, promovendo e implementando um conjunto de instrumentos de política urbana que visam a revitalização de conjuntos de elevado valor patrimonial e turístico com vista à diversificação da oferta turística do concelho. 4. Que a Cooperativa a Taipas Turitermas tem como missão desenvolver o património turístico da Vila Termal das Taipas, designadamente

salvaguardando, conservando e valorizando o seu património que representa um importante fator de atração de turistas, visitantes ao Concelho de Guimarães. 5. A importância da água termal como recurso endógeno e fator diferenciador da oferta turística. E reconhecendo-se, 6. O caráter singular do Edifício dos Banhos Novos e da atividade termal que nele se desenvolve, atividade umbilicalmente ligada à Vila das Taipas e ao concelho de Guimarães com particular impacto na projeção nacional e internacional que se pretende. 7. O impacto e a dinamização que a Requalificação da Estância Termal das Taipas implicará para o Concelho, potenciando maior fluxo de bens e incremento da atratividade de visitantes e turistas, 8. A importância dos projetos desenvolvidos pela Cooperativa Taipas Turitermas, C.I.P.R.L., designadamente os projetos relacionados com o desenvolvimento de produtos cosméticos produzidos à base de água termal, como estratégia para a promoção da marca Guimarães, Propõe-se que a Câmara Municipal aprove a emissão de uma declaração a entregar à Cooperativa Taipas Turitermas, de acordo com a minuta que se junta em anexo (doc. 1), declaração que foi por esta solicitada para instrução do processo de candidatura a fundos comunitários supra referido. Qualquer transferência posterior de capital para esta Cooperativa, destinada a reforçar os capitais próprios do Município naquela Cooperativa, será sempre submetido a apreciação e votação dos dois órgãos do Município, nos termos da lei.” A minuta da declaração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos, Paula Oliveira e José Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e



Maria Helena Soeiro. -----

O Presidente da Câmara e os Vereadores Amadeu Portilha, Adelina Paula Pinto, José Bastos e Paula Oliveira apresentaram a seguinte **declaração de voto:** "Votamos a favor da proposta de emissão de uma declaração da Câmara Municipal para sustentar a candidatura apresentada pela Cooperativa Taipas Turitermas ao Aviso EEC – PROVERE/1/2014 com o objetivo de requalificação do Edifício dos Banhos Novos, integrante da Estância Termal das Taipas, pelas seguintes razões: A requalificação do referido equipamento é fundamental para a atividade desenvolvida por aquela cooperativa quer na preservação do património turístico da Vila Termal das Taipas, quer no aproveitamento das águas termais como oferta turística, quer para o desenvolvimento da produção de cosméticos produzidos com base na água termal. Para essa requalificação, a Taipas Turitermas já garantiu, ao abrigo do Programa Jéssica, um empréstimo de 3,2 milhões de euros, com taxa de juro de 0%, com cinco anos de carência, que será pago em 44 amortizações trimestrais, e que assegura 80% do financiamento da intervenção. Não está assim em causa esse financiamento, mas sim a possibilidade de aproveitamento de apoios comunitários que o programa PROVERE disponibiliza e que poderão ser obtidos, ou não, através da candidatura apresentada. A declaração votada pretende só sustentar, em caso da candidatura atrás descrita não obter provimento, que a Câmara Municipal considerará a possibilidade de reforçar os capitais próprios da Taipas Turitermas em 2,6 milhões de euros, uma parte do valor da candidatura, para esta poder responder aos encargos que terá no pagamento do empréstimo garantido pelo Programa Jéssica e na execução da totalidade da requalificação que pretende concretizar. Este reforço de capital será sempre submetido à

aprovação dos órgãos competentes do Município se, e quando, for necessário.” -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Maria Helena Soeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Aquilo que se pretende aprovar neste ponto 15 da ordem de trabalhos é a emissão de uma declaração da Câmara Municipal pela qual o Município se compromete a reforçar os capitais próprios na Cooperativa Taipas Turitermas no montante de 2 600 000 €, caso o subsídio não reembolsável previsto na candidatura ao PROVERE para apoio ao projeto de requalificação do edifício dos “Banhos Novos” não venha a ser bem sucedido. É isto que se pretende. Analisemos então a proposta. 1. É dito que a Cooperativa se encontra já a requalificar o edifício e que o investimento importa num montante de 3 700 000 €; 2. É também dito que a Cooperativa tem já financiamento assegurado ao abrigo do programa JESSICA no montante de 3,2 milhões de euros (80%) a pagar num período de 11 anos após decorridos os primeiros seis anos de obra e de carência; 3. É ainda referido que se pretende conseguir agora uma candidatura ao PROVERE 1/2014 (overbooking) que poderá permitir um subsídio a fundo perdido até ao montante de 70%, isto é, 2 600 000 €; 4. Que caso não venha a ser conseguido tal subsídio a fundo perdido, reforçará o Município os capitais próprios da Cooperativa num montante pelo menos igual ao referido subsídio de 2 600 000 €. Em linhas gerais é este o teor da proposta. Ora, senhor presidente, Não terá dúvidas V^a. Ex^a. que todos nós reconhecemos a importância da requalificação urbanística e funcional dos recursos turísticos do nosso concelho; Que reconhecemos a importância histórica e económica das águas termais bem como da sua potenciação em relação ao futuro; Que reconhecemos que a vila das Taipas, uma



das nossas "Jóias da Coroa" é credora de uma atenção que lhe foi negada no passado recente; Que a coesão concelhia que todos pugnamos, mais do que recomenda uma intervenção ativa e visível na melhoria da qualidade de vida dos nossos concidadãos da zona das Taipas; Que, em consequência, subscrevemos os considerandos que V.a Ex.a faz constar no explicativo desta proposta. De tudo isto Sr. Presidente, estou certo que Vossa Excelência não tem qualquer dúvida. Quais são então as nossas reservas? São sobretudo as decorrentes da preocupação, que de resto temos vindo a trazer a esta Câmara em várias intervenções, relacionadas com a ausência de um Estudo Económico a fundamentar esta proposta de intervenção municipal de grande relevância já que estamos a falar de quase 4 000 000 €. 1. Permitam-me senhor presidente e senhoras e senhores vereadores lembrar que esta falta de estudo económico, que integra um mais vasto estudo de sustentabilidade foi já, no passado recente, objecto de várias abordagens em relação a muitos dos relevantes equipamentos relacionados com a Capital Europeia da Cultura promovidos pelo nosso município, alguns deles a serem elaborados apenas após obras concluídas e sua entrada em funcionamento. 2. Lembrar também que ainda na nossa penúltima reunião votamos uma proposta de aquisição de serviços para a elaboração do "*Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF)*" do Instituto de Moda e Design, do Centro Avançado de Formação Pós Graduada e do Laboratório da Paisagem a fim de o Município garantir o cumprimento da circular 3/2013 e o disposto no nº.3 do artigo 55 do Regulamento (CE) nº.1083/2006. 3. Lembrar ainda que a não existência do estudo (EVEF) do projeto ou a sua não atualização no momento da implementação terá como consequência "*o não encerramento da operação e o*

consequente não recebimento dos 5% finais da operação, bem como a entrada em incumprimento por parte do Município do respectivo contrato de financiamento”. 4. Lembrar igualmente que nessa mesma reunião foi o Sr. Presidente questionado pelo Dr. André Coelho Lima, precisamente a este propósito, porque não fazíamos nós tais estudos económicos na base dos projetos em vez de o fazer apenas para cumprimento de uma obrigação da candidatura a fundos comunitários? Na medida em que o conhecimento desse estudo económico, a projeção das receitas e despesas previstas no equipamentos a apoiar é muito mais um interesse da autarquia do que da União Europeia. Afirmações que subscrevo na íntegra para esta intervenção. Acrescentando mesmo que seria uma boa oportunidade de pôr em prática aquilo que nessa reunião pareceu ter sido consensualizado entre todos. 5. Lembrar finalmente que não acredito que não haja um estudo mínimo que seja acerca deste projeto já que o valor de 2,600,000 € aqui referidos terão resultado necessariamente da projeção de receitas e despesas futuras e capacidade de amortização possível. Só assim teria sido possível chegar a este número. Aliás, estando certa esta minha presunção, a situação será então mais grave porque isso significará que esse estudo económico existe, só não é trazido ao nosso conhecimento. Ora, aquilo que se nos pede é, ao fim e ao cabo, que aprovemos um dos maiores investimentos provavelmente deste mandato, na maior das escuridões. Aquilo que se nos pede é que aprovemos um investimento para a Taipas Turitermas superior a tudo o que investiu na vila das Taipas em mais de 10 anos, sem a mais pequena informação financeira que lhe sirva de suporte. Aquilo que se nos pede é que viabilizemos um investimento para dotar a Taipas Turitermas em áreas não propriamente relacionadas com o termalismo, mas em áreas que



concorrem com privados e cujos serviços são prestados ao abrigo de convenções com o Estado, o que significará o Estado a suportar duas vezes o funcionamento destas unidades, no investimento, e depois no serviço. Aquilo que pedimos ao Sr. Presidente foi que fornecesse informação para podermos conscientemente votar, tal como nos comprometemos com os cidadãos cuja representação a nós confiaram. Perante a total ausência de informação relativamente ao solicitado, e atendendo a que se trata de uma intervenção que merece a nossa concordância, mas de uma postura que cada vez mais devemos censurar, pelo que significa de permissão de gastos sem a mínima informação da finalidade que com eles se pretende servir, optamos pela abstenção.” -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE

RONFE – Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Trânsito e Espaço Público: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Ronfe, conforme postura em anexo. A sua elaboração tem por objetivo melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nos arruamentos em causa, tendo merecido a aprovação da Junta e da Assembleia de Freguesia”. A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE

LORDELO – O Presidente da Câmara solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior clarificação, pelo que a proposta foi retirada. -----

AMBIENTE - ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO VIMARANENSE PARA A ECOLOGIA NO ÂMBITO DA INICIATIVA "ECORÂMICAS" – Presente a seguinte proposta: “A

Associação Vimaranesense para Ecologia (AVE) é uma instituição privada sem fins lucrativos, constituída a 10 de abril de 2001, criada para a defesa e promoção de um melhor ambiente natural e construído, na procura de um desenvolvimento equilibrado e sustentado, através da informação, debate e divulgação de ações que visem a resolução de questões ambientais. A AVE, desde 2004, é membro da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) e desde 2012 é uma Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA) de âmbito local, reconhecida pela Agência Portuguesa do Ambiente, sendo a única no distrito. Ao longo do seu percurso a AVE tem organizado um conjunto de atividades, abertas à comunidade, de sensibilização e consciencialização ambiental e de promoção do desenvolvimento eco sustentável, sendo um parceiro privilegiado da Câmara Municipal de Guimarães nesta missão. Nos próximos dias 23 a 26 de Outubro, a AVE irá organizar uma mostra de cinema documental sobre ambiente e sociedade, designada "Ecorâmicas", da qual se anexa o programa. Desta forma, a AVE solicitou um conjunto de apoios à Câmara Municipal de Guimarães para a realização da iniciativa, nomeadamente a parceira institucional, apoio na promoção e divulgação, apoio logístico na organização da feira (mostra) associada, bem como o apoio financeiro de 350,00€ para o pagamento de direitos de exibição do filme "Manufactured Landscapes", distribuído por Tamasa Distribution. Assim, pela importante sensibilização e consciencialização ambiental e interesse cultural, entende o Município de Guimarães que a iniciativa da AVE deverá ser apoiada, pelo que se propõe a atribuição do subsídio no valor de 350,00€, ao abrigo do nº 6 do art. 2º, do Regulamento de Atribuição de subsídios às associações culturais, artísticas, recreativas e humanitárias do Município de



Guimarães, na qual a AVE se encontra registada.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS - APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR

– Presente a seguinte proposta: “O Regulamento de Projetos de Interesse Municipal que define os critérios a adotar pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal para o concelho de Guimarães - “PEIM” - com o objetivo de conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), e da alínea d), do artigo 15.º e n.ºs 2 e 3 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com as alíneas g) do n.º 1, e k), do n.º 2, do artigo 25.º e alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovado pela Assembleia Municipal de Guimarães, por deliberação de 30/12/2013, sob proposta da Câmara de 12/12/2013. Nos termos do art.º 5.º deste Regulamento, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, através da informação constante no requerimento e restantes elementos obrigatórios do formulário de candidatura, preenchido para o efeito. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 7.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, parecer deverá expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A empresa **FORTUNATO O. FREDERICO &**

C.ª, LDA apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **56%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **FÁBRICA DE TECIDOS DO CARVALHO, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **37%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **FILOCORA – TINTURARIA E ACABAMENTOS TÊXTEIS, S.A.** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **67%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **TRIMALHAS – INOVAÇÃO EM MALHAS, LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **67%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **ANTÓNIO PEREIRA – FÁBRICA DE TECIDOS DE SEDA E ALGODÃO, UNIPessoal LDA** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a



mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **72%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. A empresa **VITOR JORGE OLIVEIRA, UNIPESSOAL** apresentou a sua candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **42%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do n.º 1 do art.º 9.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficiam ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificações e respetiva utilização. Este Regulamento prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação das candidaturas a PEIM apresentadas pelas empresas **FORTUNATO O. FREDERICO & C.ª, LDA; FÁBRICA DE TECIDOS DO CARVALHO, LDA; FILOCORA – TINTURARIA E ACABAMENTOS TÊXTEIS, S.A.; TRIMALHAS – INOVAÇÃO EM MALHAS, LDA; ANTÓNIO PEREIRA – FÁBRICA DE TECIDOS DE SEDA E ALGODÃO, UNIPESSOAL LDA; VITOR JORGE OLIVEIRA, UNIPESSOAL**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação

da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **(doc. 2)**.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - ERASMUS STUDENT NETWORK MINHO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO PARA OS DIAS 24 E 25 DE OUTUBRO –

Presente a seguinte proposta: “A Universidade do Minho solicitou a colaboração do município através da cedência de dois autocarros para os dias 24 e 25 de Outubro, para efetuar o transporte dos participantes do Erasmus Student Network Minho. Assim, considerando que se trata de um programa que visa um conjunto de visitas a vários locais de maior interesse turístico e cultural do concelho e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho a 07 de outubro de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se para deliberação do Executivo Camarário o pedido de transporte solicitado, bem como pagamento de trabalho extraordinário e de ajudas de custo aos motoristas.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO - EB1 JI DE ROUPEIRE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “A EB1/JI de Roupeire solicitou a colaboração do município através da cedência de um Autocarro para o dia 16 de Outubro para efetuar o transporte dos alunos a Braga. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 06 de outubro de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma



competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião do executivo municipal, para deliberação, o respetivo pedido de apoio.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO - EB1/JI DE AULA - CONDE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas Virgínia Moura solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para o dia 29 Outubro, para efetuar o transporte dos alunos da EB1/JI de Aula Conde à Biblioteca Raul Brandão. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 08 de setembro de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à reunião do executivo, para deliberação, o respetivo pedido de apoio.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - CASFIG - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A CASFIG – Entidade Empresarial Municipal solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para os dias 17 e 18 de Dezembro, para efetuar o transporte das crianças residentes nos empreendimentos de habitação social pertencente ao município de Guimarães. Assim, considerando os objetivos prosseguidos pela empresa municipal e os apoios concedidos em várias atividades e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 07 de outubro de 2014, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara para deliberação o respetivo pedido.” **DELIBERADO APROVAR**

POR UNANIMIDADE. A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade.-----

AÇÃO SOCIAL - ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS E PENSIONISTAS DE GUIMARÃES - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “A Associação de Reformados e Pensionistas de Guimarães solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos reformados nos dias 14 e 23 de Outubro para a Colónia de Férias na Apúlia. Assim, considerando que se trata de uma atividade inserida no plano de atividades da Associação de Reformados de Guimarães, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 26 de agosto de 2014, foi proposto deferir o pedido, sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para a reunião do executivo para deliberação do respetivo pedido de apoio.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO AO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DOS TRABALHADORES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – 2014 AO ABRIGO DO N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO

– Presente a seguinte proposta: “No seguimento do processo de atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social no ano de 2014, apresenta-se para aprovação a proposta de um subsídio ao Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores do Município de Guimarães ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, destinado a garantir as suas atividades sociais, recreativas e



desportivas, no valor de 15.000,00 euros. A instituição em apreço cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e desenvolve um trabalho importante, oferecendo um conjunto de atividades sociais, entre as quais, atividades de tempos livres (ATL) para os filhos dos seus associados e organizando anualmente a Festa de Natal para os filhos dos trabalhadores do Município de Guimarães. A sua candidatura foi analisada de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em vigor. Assim, ao abrigo do n.º 6 do artigo 9º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a atribuição do subsídio requerido.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – SETEMBRO DE 2014 – Presente a seguinte informação da Chefe

da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 20 de dezembro de 2013 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

AÇÃO SOCIAL - CENTRO PAROQUIAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - N.º 6 DO ARTIGO 9º DO REGULAMENTO N.º 607/2010 DE 15 DE JULHO – Presente a seguinte proposta: “No seguimento do processo de

atribuição de subsídios a instituições de solidariedade social no ano de 2014, apresenta-se para aprovação a proposta de um subsídio ao Centro Paroquial de Moreira de Cónegos ao abrigo do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho - Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, destinado a obras de beneficiação, no valor de 50.000,00 euros. A instituição em apreço cumpre os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento supramencionado e desenvolve um trabalho importante, oferecendo um conjunto de respostas sociais (Creche, Pré-Escolar, Centro de Dia, SAD e Lar de Idosos) não só para a comunidade de Moreira de Cónegos, mas servindo também freguesias limítrofes, tendo a sua candidatura sido analisada de acordo com os critérios expressos nos artigos 10º e 11º do regulamento em vigor. Assim, ao abrigo do n.º 6 do artigo 9º do Regulamento n.º 607/2010 de 15 de Julho, propõe-se a atribuição do subsídio requerido.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – CASA DO POVO DE FERMENTÕES – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Casa do Povo de Fermentões mantém há diversos anos em funcionamento o seu Museu de Agricultura, promovendo diversas iniciativas regulares de animação do Museu que, pelo interesse público de que se revestem, enquanto instrumentos de divulgação e vivificação das tradições agrícolas regionais, merecem ser apoiadas. Em face das dificuldades manifestadas pela Casa do Povo em continuar a custear isoladamente a sua realização, e em razão do citado interesse público, proponho, ao abrigo do nº 6 do art. 2º do Regulamento nº 606/2010 a atribuição, à Casa do Povo de Fermentões, de um subsídio de €750,00, destinado a compartilhar nos custos de realização das atividades citadas.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----



CULTURA - INAUGURAÇÃO DOS ESTÚDIOS DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA DO MINHO (RUM) EM GUIMARÃES - ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA UNIVERSIDADE DO MINHO -

Presente, para ratificação, a seguinte proposta: "Terá lugar no próximo dia 11 de outubro a inauguração dos estúdios da RUM em Guimarães, pretendendo esta entidade promover, para o assinalar, um conjunto de iniciativas de carácter cultural para cuja efetivação solicitam o apoio municipal. O programa previsto prevê: Durante todo o dia - Emissão em direto, a partir das arcadas dos Antigos Paços do Concelho, com vários pontos de reportagem na cidade; 10h30 - Instituto do Design - Inauguração das Instalações da RUM em Guimarães; 15h00 - Arruada com os grupos culturais da Academia (Bomboémia e IPUM); 17 às 19h00 - Atuações dos grupos culturais da Academia, no Largo da Oliveira; 21h30 - Concerto Ciclo Português Suave com THROES + THE SHINE, no Largo da Oliveira. Atendendo ao relevante interesse de que se reveste a instalação destes estúdios em Guimarães, pela aproximação que promove entre a população estudantil universitária e a realidade vimaranense, bem como pela cobertura noticiosa junto daquela população dos eventos a promover no Concelho, entendo que a Câmara Municipal deve colaborar com esta iniciativa mediante a disponibilização dos seguintes apoios: - Cedência e montagem de estruturas (palco, cadeiras e mesas); - Baixada elétrica com capacidade de 60A (cerca de €60+IVA + consumo); - Linha RDIS Multiponto (cerca de €250,00 + IVA); - Atribuição de um subsídio de €1.000,00. Em caso de aprovação, deve o subsídio ser processado à Associação Académica da Universidade do Minho - Rádio Universitária do Minho."

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CENTRO SOCIAL PADRE MANUEL JOAQUIM DE SOUSA -

OFERTA DE BANDEIRA – Presente a seguinte proposta: “A Instituição Particular de Solidariedade Social “CENTRO SOCIAL PADRE MANUEL JOAQUIM DE SOUSA” solicitou a cedência a título definitivo de uma bandeira do Município de Guimarães. Informa-se que existe nos Serviços uma bandeira do Município disponível para este efeito, cujo custo atual se estima em 88,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Nesta conformidade, proponho a oferta de uma bandeira do Município à referida Instituição.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUARENTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----